

3 A CIÊNCIA REGIONAL: 40 ANOS DE INVESTIGAÇÃO

Os começos da ciência regional: os primeiros trabalhos dirigidos por Walter Isard

A partir dos anos 40, a investigação torna-se mais sistemática; passa das análises sectoriais — agricultura, indústria, comércio, actividades terciárias em geral — para o esquema geral do equilíbrio espacial do sistema, delineado por Lösch, que constitui o conceito unificador dos modelos específicos e, deste modo, serve de elo de ligação com a teoria económica geral. Depois dos investigadores alemães e escandinavos, Edgar Hoover (1948),¹ nos Estados Unidos da América, inova no domínio dos custos de transporte e elabora uma teoria geral da fronteira como elemento da localização da empresa. Durante a guerra, as técnicas de contabilidade territorial progredem e são postas em prática ao nível das regiões e das pequenas localidades. Constroem-se diferentes modelos para medir as migrações populacionais e as zonas de atracção comercial, nascendo assim a lei da

1 E. Hoover (1948), *The Location of Economic Activity*, Nova Iorque, McGraw-Hill.

gravitação. A noção de hierarquia urbana, a lei nível-dimensão de Zipf e a relação densidade-distância são cada vez mais utilizadas; ultrapassam-se as primeiras etapas da análise urbana.

Apesar da grande diversidade dos domínios cobertos pela ciência regional, podemos agrupar os temas de análise em quatro famílias:

- localização das actividades económicas (teorias e modelos por sectores de actividade; organização do sistema produtivo e localização; análise de decisão, de organização e de comunicação; divisão espacial do trabalho; economias de aglomeração; externalidades, etc.);
- organização e estruturação do espaço (utilização do solo; análise da renda fundiária; difusão da informação; transportes; meio ambiente; ecologia; urbanização; metropolização; relações sociais, políticas e económicas no espaço, etc.);
- interações espaciais (comércio internacional e inter-regional; fluxos de pessoas, de informação, de moeda, de bens e serviços; migrações; teorias e modelos de interacção, etc.);
- desenvolvimento regional (teoria económica do desenvolvimento; disparidades espaciais; crescimento económico; estrutura económica; fordismo; pós-fordismo; planeamento; ordenamento do território; política regional; economia internacional, economia industrial; território e economia, etc.).

Esta corrente, iniciada por Walter Isard em 1949, como já vimos, tem ainda hoje grande impacte. Partindo de uma base económica keynesiana e resumindo os trabalhos dos seus antecessores, Isard traz

ideias novas e faz a síntese das diversas correntes de pensamento. Dá um novo impulso à teoria do multiplicador, da autoria de um dos fundadores da economia urbana, Homer Hoyt, em 1937. Isard dota rapidamente a análise regional de um utensílio essencial, utilizável tanto nos debates teóricos como nas aplicações práticas.

Com quatro obras marcantes, conseguiu delimitar o âmbito desta ciência recente: *Location and Space Economy* (1956); *Methods of Regional Analysis* (1960), cuja versão francesa foi publicada em 1972; *General Theory: Social, Political, Economic and Regional, With Particular Reference to Decision-Making Analysis* (1969, com T. E. Smith et al.); e *Spatial Dynamics and Optimal Space-Time Development* (1979, com Liossatos), cujos princípios de base foram compilados em 1975 num manual, *Introduction to Regional Science*.

A partir de 1956, Isard tenta formular uma teoria do equilíbrio geral. O seu livro tem por objectivo principal preencher, finalmente, o fosso cavado desde há um século entre a teoria clássica da localização e as principais correntes da economia. Atribuía uma parte da responsabilidade à teoria clássica da localização, concebida na linguagem fora de moda do equilíbrio parcial, dos coeficientes constantes, dos custos de transporte lineares e das configurações fixas da procura. Se chamarmos *entradas-transporte* ao movimento de uma unidade de peso através de uma unidade de distância, e *custo de transporte* ao preço daquela entrada, então, sustentava ele, a ideia fundamental do princípio de substituição equimarginal será suficiente para obter uma verdadeira generalização da teoria da localização. Seja qual for a concentração ou a dispersão das fontes de entradas e da comercialização, e seja qual for a natureza da função

de transporte, as empresas escolherão, para maximizar os lucros, uma localização que lhes permita igualizar as taxas marginais de substituição entre duas *entradas-transporte* com o inverso da relação dos seus custos de transporte. Isard afirmava que era possível tirar desta condição de primeira ordem para um máximo todas as teorias parciais da localização de von Thünen, Launhardt e Weber.

Isard serve-se de funções de produção lineares, de tal forma que a localização óptima de um estabelecimento coincide ainda com o ponto de minimização dos custos de transporte. No entanto, caso haja substituição de factores entre todas as entradas, a localização óptima de um estabelecimento variará em função do nível da produção, e será quase impossível dizer algo de preciso quanto à localização das empresas industriais independentemente das proporções sobre as suas decisões de produção em geral.

As localizações

O problema da localização das actividades é de primordial importância para os empresários, uma vez que é dela que dependem os custos de produção. Contudo, as autarquias locais e o Estado são também parte interessada, já que lhes cabe a responsabilidade da repartição harmoniosa das actividades no espaço.

Nos anos 50, a investigação segue caminhos vários, mas podemos identificar alguns dos seus eixos. Em primeiro lugar, os estudos feitos em torno da mobilidade, mais concretamente dos capitais e dos investimentos; em seguida, a localização dos complexos de produção, considerada em relação com o crescimento económico; depois a urbanização, a

indústria e o desenvolvimento, analisados do ponto de vista das economias externas e de escala. Finalmente, relativamente marginalizada, a agricultura volta a ser revisitada por Edgar Dunn.

São propostas várias abordagens durante os anos 60 e 70. A primeira conduz a trabalhos empíricos voltados para a caracterização das concentrações de actividades, das especializações de espaços e da associação de características nas diversas zonas.² Esta abordagem permitiu igualmente construir uma teoria geral do esquema das localizações interdependentes. Trata-se, fundamentalmente, de determinar as normas de localização de uma empresa preocupada em maximizar os seus lucros pondo a tónica nas decisões individuais. Deste modo, as teorias clássicas vão, segundo o princípio da localização óptima ligada aos custos de transporte, determinar os factores tidos em conta pelas empresas nas suas decisões de implantação. Os elementos postos em destaque são: os custos relativos de obtenção de matérias-primas, os custos relacionados com o acesso ao mercado e, por fim, os custos diferenciais da mão-de-obra, a que se juntam os factores de aglomeração e as economias externas.

Segundo estas teorias, as empresas determinam a sua localização em função das vantagens comparativas dos espaços, tendo em conta estes vários factores. Ao conjunto destas teorias pode chamar-se teorias de localização weberianas, segundo o nome do pai da mais antiga análise teórica. Como já vimos, o modelo de Weber tem constituído, desde há

2 A literatura no domínio das localizações é vasta, podendo mencionar-se a obra de síntese de M. Webber (1972) e o capítulo redigido por J. Perreux *in* C. Ponsard (1988), pp. 93-157.

perto de um século, o ponto de partida de inúmeras reflexões.

Mas os estudos geográficos da localização industrial, quer sejam globais quer parciais, continuam a ser essencialmente descritivos, e conduzem à construção de tipologias ou a enumerações de factores que tropeçam rapidamente na diversidade de casos particulares. A inexistência de um esquema teórico de referência suficientemente rigoroso não permite pôr em evidência a articulação destes factores nem integrar os resultados noutros modelos mais gerais. O objectivo da teoria da localização é dar uma explicação da organização espacial das empresas, identificar as variáveis que determinam essa localização e fornecer soluções analíticas. Deve também dar respostas pormenorizadas às numerosas questões relativas à dispersão espacial das empresas, à influência do ambiente, etc. As abordagens mais ambiciosas tentam analisar as leis que regem o equilíbrio espacial das empresas.

Jean-Claude Perrin segue uma via de investigação original, relacionando a localização das actividades e as fieiras de desenvolvimento.³ Numa primeira etapa, identifica as fileiras de actividade com base nos quadros-interactividades; em seguida, formula um diagnóstico regional em função das fileiras, ou elementos de fileiras, presentes. Este método de análise presta-se à simulação de processos de desenvolvimento regionais, sendo conseqüentemente utilizável para estudos prospectivos.

A partir do final dos anos 60, Allan Pred crê haver lugar para uma teoria da localização baseada no aperfeiçoamento das teorias tradicionais (Weber,

3 J.-C. Perrin (1974), *Le Développement Régional*, Paris, PUF.

Lösch) através da consideração de outros factores, tais como a imperfeição da informação, as variáveis psicológicas, as restrições sociais, o próprio comportamento dos decisores. Há toda uma corrente de pensamento, à qual podemos ligar o prémio Nobel da economia de 1978, Herbert Simon,⁴ que põe em relevo a teoria da decisão, os estudos sobre o comportamento (*behaviouristas*) e o papel das organizações. As suas numerosas observações levaram a pôr sistematicamente em dúvida a ideia da racionalidade perfeita dos agentes de decisão, nomeadamente sob a forma de cálculos à margem. Nas suas análises, Simon constata que os agentes de decisão não podem agir com perfeito conhecimento de causa porque nunca têm à sua disposição todas as informações pertinentes, não controlam o factor incerteza e não conhecem todas as alternativas. Têm que se satisfazer, portanto, com soluções intermédias. Pode afirmar-se que a estrutura organizacional tem um impacte indesmentível sobre o comportamento espacial das empresas. Se uma empresa tem um único estabelecimento, ao passo que a empresa vizinha está integrada numa rede organizacional, e como a tomada de decisões em cada uma destas duas entidades se realiza a partir de ambientes económicos diferentes, o comportamento daí resultante será necessariamente diferente, por duas razões: as fontes de informação diferem, e a empresa integrada tem acesso a fontes intra-organizacionais, ao contrário da empresa sua vizinha.

Para Peter Dicken,⁵ o estudo do impacte espacial das decisões, decorrendo de uma lógica

4 H. Simon e G. March (1958), *Organizations*, Nova Iorque, J. Wiley; (1979), "Rational decision making in business organizations", *American Economic Review*, 69, pp. 493-513.

intra-organizacional das empresas, dá resposta a uma insatisfação sentida a propósito da teoria clássica da localização. Todas as tentativas de compreender as decisões das empresas devem consequentemente ter em conta a estrutura da respectiva organização. Salvo raras excepções, os economistas e os geógrafos nunca se mostraram muito interessados nesta linha de investigação. Assim, os primeiros trabalhos que estudam a influência das ligações organizacionais no desenvolvimento regional só aparecem no início dos anos 70. Dicken é um inovador neste domínio. Por decisão espacial, Dicken entende, não só a escolha de uma localização enquanto tal, mas também, de forma mais vasta, todas as decisões com expressão espacial: a expansão ou a contracção de uma empresa, as mudanças nos *inputs* ou *outputs*, as políticas espaciais de preços, a racionalização das operações, a adopção de inovações, etc. Conceber a organização como um sistema aberto que opera e está em interacção com um ambiente externo, constituiu uma inovação. Em resumo, nos anos 70, parte da investigação pôs a tónica na interdependência na teoria económica espacial. Há que mencionar aqui as análises de Ian Hamilton, Allan Pred, John Goddard e John Britton.

Os trabalhos pioneiros do sueco Torsten Hägerstrand nos anos 50, sobre a difusão da inovação e os novos modelos da teoria da comunicação, permitiram a renovação da investigação sobre a localização das actividades. Viu-se então nascer uma corrente de pensamento que observava a localização (sobretudo

5 P. Dicken (1971), "Some aspects of the decision making behavior of business organizations", *Economic Geography*, 47, pp. 426-437; (1976), "The multiplant business enterprise and geographical space", *Regional Studies*, 10, pp. 401-412.

dos escritórios e das sedes sociais) do ponto de vista da comunicação. Refiro-me aqui às análises de Gunnar Törnqvist, Paul Claval e Mario Polèse.

Em paralelo com Doreen Massey e Alain Lipietz, Philippe Aydalot desenvolve uma teoria de inspiração marxista:⁶ a divisão espacial do trabalho, apresentando a sua ideia como uma alternativa à teoria neoclássica da localização. Os autores centram a sua atenção na grande empresa, supostamente senhora absoluta do espaço. As grandes organizações dominam melhor a distância, graças à sua capacidade financeira, técnica e organizacional. Com a concentração do capital e o aumento da dimensão das empresas, estas ganham em mobilidade, livres que são de escolherem entre várias localizações. Segundo Aydalot, a divisão espacial do trabalho começa no momento em que a empresa pode libertar-se das restrições impostas pelo seu ambiente inicial. Nessa altura, escolhe a sua localização em função das características que pretende encontrar. Já não é o espaço que define a empresa, é a empresa que vai moldar o espaço.

Aydalot avança a ideia de que é a heterogeneidade do espaço que vai servir de base à escolha da localização. Para ele, o trabalho aparece como o principal factor estruturante do espaço, e, como tal, constitui o principal factor da localização. A relação entre a empresa e a sua força de trabalho é essencial para compreender as formas de desenvolvimento regional e urbano. A reflexão principal de Aydalot tem a ver com a análise do desfaseamento entre formas de produção e modos de vida. O custo do trabalho — isto é, o custo de reprodução da força de

6 Ph. Aydalot (1983), "La division spatiale du travail", in J. Paelink e A. Salles (orgs.), pp. 175-200.

trabalho, ligado a um modo de vida — não é o mesmo em todas as localizações. O desfasamento entre os modos de vida e o estágio do modo de produção pode trazer vantagens à empresa, aquilo a que se chamaria, em termos marxistas, uma *mais-valia extra*. Pode dizer-se, simplesmente, que a empresa escolhe uma localização de forma a poder utilizar uma força de trabalho desvalorizada, com baixo custo de reprodução, e, com esse objectivo, vai privilegiar as técnicas que lhe permitem o emprego de mão-de-obra não qualificada. Uma vez reequilibrados o modelo social e a tecnologia de produção, a mais-valia desaparece, e a empresa vai procurar outro espaço de localização. O processo de substituição de uma forma de organização da produção por outra é quase cíclico. A divisão espacial do trabalho é uma visão das forças que estruturam o espaço nacional e internacional.

O estudo dos mecanismos determinantes da localização industrial também não perdeu a sua importância nos tempos mais recentes; e, desde os anos 70, assumiu uma dimensão especial: a rapidez das modificações tecnológicas e a aceleração do processo de inovação fazem aparecer novas actividades cuja lógica de organização espacial era mal conhecida.

Como observava Philippe Aydalot, a estrutura territorial dos países ocidentais transformou-se, e os mecanismos que reflectiam a estrutura espacial anterior são aparentemente inadequados para explicar o que se passa hoje em dia. De facto, nos anos 70-80, os conhecimentos teóricos revelaram-se insuficientes e a teoria da localização entrou em crise. A concepção weberiana perdeu interesse e, sobretudo, deixou de nos dar informações sobre o comportamento industrial contemporâneo. Além disso, as novas

teorizações *pós-weberianas* só aparecem a partir dos anos 80, particularmente nos países anglo-saxónicos.

Os grandes eixos das teorias da localização que tentam explicar o aparecimento e a implantação dos novos espaços industriais ocuparam um lugar dominante na ciência regional dos anos 80.

Em primeiro lugar, tratava-se de recensear os factores de localização exógenos, próprios das indústrias de alta tecnologia e que condicionam a implantação e o desenvolvimento destas indústrias numa dada região. Os investigadores constataram a importância da mão-de-obra, da investigação, dos transportes, do capital de risco, das economias de aglomeração, da transformação da paisagem e do ordenamento das zonas de actividade, e tentaram descrever e caracterizar estes espaços.

A segunda tendência inseriu os problemas da localização num quadro conceptual mais geral; os investigadores invocam frequentemente a teoria do ciclo de vida do produto, que é um dos elementos mais discutidos da teoria da localização das actividades de ponta. A primeira conceptualização foi levada a cabo por R. Vernon⁷ e em seguida desenvolvida por vários outros autores, entre os quais Norton e Rees.⁸

Entretanto desenvolveram-se outras reflexões, num espírito mais globalizante, em torno da moderna economia institucionalista e evolucionista e das suas contribuições quanto às relações entre diversas formas de organização da produção, dos mercados e das hierarquias, etc. Esta atitude baseia-se em

7 R. Vernon (1966), "International investment and international trade in the product cycle", *Quarterly Journal Ec.*, 80, pp. 190-207.

8 R. D. Norton e J. Rees (1979), "The product cycle and the spatial decentralization of american manufacturing", *Regional Studies*, 13, pp. 141-151.

teorias económicas complexas, analisando as transformações do sistema produtivo, nomeadamente a tendência para a desagregação vertical, ligada à procura de economias externas (Piore e Sabel, 1984). A desconcentração das grandes empresas em *redes* de firmas especializadas é uma resposta possível no contexto económico do final do século XX.

A extensão do mercado facilita a divisão social do trabalho, conceito salientado por Adam Smith em 1776 (“A divisão do trabalho é limitada pelo mercado”), o que quer dizer que o crescimento da produção provoca a descolagem de novas actividades como empresas especializadas e cria condições de localização específicas. Estabelece-se uma série de ligações entre os que encomendam e os que fornecem, os compradores, os utentes e os vendedores. Multiplicam-se as trocas interindustriais de informação e os contactos pessoais. Formam-se assim centros de crescimento em que as transacções são muito intensas. A história da industrialização capitalista mostra assim a formação periódica, ao longo do tempo, de complexos industriais — como foi o caso, por exemplo, da indústria têxtil no Lancashire e em Lyon —, movimento que continua até aos dias de hoje com a nova vaga de distritos industriais de alta tecnologia.

A divisão social do trabalho e, através dela, a grande variedade oferecida nas transacções facilitam a flexibilidade do sistema produtivo. Os produtos (o tipo de produção), tal como as ligações interempresas (verticais e horizontais), podem ser rapidamente mudados. Como as actividades transaccionais são muito intensas entre os conjuntos e subconjuntos de empresas, a concentração espacial torna-se evidente. Nestes espaços, as economias externas de escala são consumidas sob a forma de economias de aglomeração. A

aglomeração geográfica das indústrias e a divisão social do trabalho reforçam-se mutuamente no espaço e no tempo. A concentração geográfica incentiva a divisão social do trabalho através da redução dos custos transaccionais externos das empresas, redução que leva a uma aglomeração densa, devido à proliferação das ligações interempresas.

A organização socioespacial dos novos centros de crescimento industrial criou um novo modelo. Assiste-se à diminuição do poder da classe trabalhadora e do movimento comunitário e político que caracterizou os antigos espaços de produção. Uma urbanização densa e uma forte aglomeração dos trabalhadores simbolizavam a *cintura industrial*; hoje em dia, a suburbanização e a individualização compõem a paisagem urbana do *sunbelt*.

A estrutura social das novas comunidades reflecte e reforça a divisão do trabalho no sistema produtivo. Os trabalhadores adoptam as normas e o ritmo de produção da área local. O *meio flexível* dos complexos territoriais facilita a inovação tecnológica, dados os conhecimentos, as competências do trabalho e as capacidades das empresas. Esta contribuição da dinâmica do desenvolvimento capitalista foi reconhecida por Marshall em 1900 nas áreas dos distritos industriais. Como os *mistérios* da produção que mais tarde vêm a ser *desmistificados*.

O desenvolvimento regional

Em França, é provavelmente François Perroux o primeiro a abordar a questão espacial na economia. O seu artigo “Les espaces économiques” faz história e provoca o aparecimento de reflexões teóricas a

partir de 1950. No mesmo número da revista *Économie appliquée*, Joseph Dobretsberger publica um estudo sobre a "Théorie des territoires économiques". Jean-François Gravier coloca o problema espacial num plano prático na sua obra *Paris et le Désert Français* (1947), primeiro grande clássico do ordenamento do território. (Na realidade, M. Dessus e a sua equipa tinham trabalhado sobre a descongestão dos centros industriais desde 1945.) A reorganização económica do espaço francês é um problema nacional. Os geógrafos começam a dar os seus contributos para o "ordenamento do espaço", título de um célebre artigo de Jean Gottmann publicado em 1952. A investigação evolui rapidamente e as duas sínteses magistrales de Claude Ponsard (1955, 1958) conferem carta de foral à economia espacial francesa. No quadro neoclássico, Ponsard resume em primeiro lugar os trabalhos anteriores e, paralelamente, inova, construindo espaços matemáticos em correspondência com os espaços económicos.

Nos anos 50 e 60, grande parte dos estudos debruça-se sobre o crescimento urbano e regional, ou, por outras palavras, sobre o desenvolvimento regional. O quadro conceptual foi definido por François Perroux em 1955:⁹ "O crescimento não aparece em todo o lado ao mesmo tempo; manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento de intensidade variável; difunde-se através de diversos canais e com efeitos terminais variáveis sobre o conjunto da economia." O crescimento económico não se verifica em toda a parte e simultaneamente, é pontual e dinâmico e difunde-se em função da estrutura espacial e industrial da região e da armadura urbana. O crescimento

9 F. Perroux (1955).

regional depende do crescimento que começa nos centros urbanos e da difusão desse crescimento por toda a região. Não há um mecanismo nacional de crescimento; o crescimento nacional depende exclusivamente do desempenho económico das regiões, tal como este depende dos centros urbanos que as constituem. O esquema de análise que se impõe é o da hierarquia urbana, bem como o do sistema espaço-industrial, enquanto sistema não necessariamente limitado ao interior de uma região. O mecanismo do crescimento regional só pode ser compreendido por intermédio das abordagens estruturais, que são as únicas capazes de nos informar sobre a complexidade do fenómeno.

A teoria dos pólos de crescimento (ou de desenvolvimento) de Perroux teve considerável repercussão internacional. Foi objecto de múltiplos trabalhos e inspirou as políticas económicas regionais de vários países. É igualmente uma das teorias mais importantes e mais largamente difundidas no campo do desenvolvimento regional. É, simultaneamente, teoria do crescimento das regiões e teoria da formação da desigualdade no espaço.

Perroux elaborou o esquema teórico da difusão do desenvolvimento polarizado. Parte da constatação de que o desenvolvimento é desequilibrado, faz-se a partir de pólos (de núcleos de actividades) que provocam uma série de desequilíbrios económicos que é preciso transformar, através de um ordenamento consciente do meio de propagação, num desenvolvimento induzido organizado.¹⁰ Estes pólos produzem efeitos de duas espécies: efeitos de travagem (susceptíveis de agravar as desigualdades

10 F. Perroux (1961).

regionais) e efeitos de arrastamento (que facilitam a difusão do crescimento). O problema consiste pois em conseguir que os efeitos de arrastamento sejam mais fortes do que os efeitos de travagem.¹¹ Os mesmos mecanismos são descritos por Gunnar Myrdal sob a designação de *backwash effects* e *spread effects*.¹² A teoria de Perroux tinha uma dimensão essencialmente espacial, e foi objecto de sistematização e de uma larga divulgação, tanto em França como noutros países, graças a Jacques Boudeville. Produziu-se imensa literatura sobre os pólos de crescimento e sobre as suas diversas aplicações práticas. Boudeville publicou um clássico neste campo: *L'espace et les Pôles de Croissance* (1968). Grande parte dos trabalhos trata da determinação das actividades cujo efeito indutor é mais importante, e é neste quadro que Gérard Destanne de Bernis desenvolve as suas teses sobre a indústria industrializante.¹³

A ideia do desenvolvimento polarizado dá conta dos fenómenos de impulsão, das dinâmicas locais e sectoriais cujas aplicações teóricas e práticas marcam não só o pensamento espacial mas também a acção política. François Perroux prolongou as suas análises da dissimetria das relações entre empresas (unidades activas) e dos fenómenos de arrastamento e de poder ao nível das empresas transnacionais, lançando deste modo pontes entre as teorias espaciais, a economia do desenvolvimento e a teoria da empresa.

11 Encontra-se uma análise pormenorizada do desenvolvimento polarizado in Lajugie, Delfaud e Lacour (1985) e Aydalot (1985).

12 G. Myrdal (1957), *Economic Theory and Under-developed Regions*, Londres, Duckworth.

13 G. Destanne de Bernis (1968), "Les industries industrialisantes et l'intégration économique régionale", *Économie appliquée*, 1, pp. 41-68.

A teoria da base económica (da expressão inglesa *export base*, base de exportação) no desenvolvimento regional é de inspiração keynesiana. Esta teoria explica o crescimento da economia da região ou da cidade em termos de exportação de bens e serviços. Faz uma distinção entre sectores básicos (exportadores) e sectores não básicos (residenciais). Os sectores não básicos compreendem actividades como o comércio, a finança e outras actividades complementares dos sectores básicos e que são consumidas na região (ou na cidade). O crescimento é gerado pelas actividades básicas e pelo efeito multiplicador destas sobre as actividades residenciais. A teoria da base económica é muito útil para explicar o mecanismo do crescimento económico das regiões voltadas para a exportação, demonstrando que, sem exportação, é impossível haver crescimento. Esta intuição leva conseqüentemente a uma concepção do crescimento orientada para a procura, para uma visão keynesiana do desenvolvimento. A teoria da base económica inspirou grande número de trabalhos nos anos 50 e 60, sendo mesmo a teoria dominante na época. As primeiras análises da base económica são atribuídas a Homer Hoyt, antes da última guerra, e o realce da sua importância, em meados dos anos 50, a Douglas North.¹⁴ Este último demonstrou que o crescimento regional foi em grande medida determinado pelas possibilidades de exploração de recursos cuja aceitação podia ser muito vasta à escala do espaço americano ou mesmo mundial. Note-se que esta teoria não implica nenhuma definição específica de região, podendo aplicar-se a qualquer

14 D. North (1955), "Location theory and regional economic growth", *Journal of Political Economy*, 63, pp. 243-258.

conjunto espacial (urbano ou regional). Ao contrário de outras teorias, a teoria da base económica pode servir de base a avaliações, a verificações e até a previsões. Levantava-se portanto um problema de medida e de ensaio, que polarizou o essencial dos debates (técnicos, na sua maior parte). Apesar das críticas que lhe foram feitas, a teoria da base continua a deter alguns trunfos: é compatível com os utensílios de planeamento correntemente utilizados e com a técnica dos modelos. Além disso, não foi, em boa verdade, substituída por nenhuma outra teoria. É o reflexo intranacional da concepção clássica das trocas internacionais, associando um quadro teórico clássico a uma apresentação keynesiana: o crescimento tropeça na insuficiência da procura.

Desde o início dos anos 50, os países em desenvolvimento atraíram a atenção dos teóricos, que se interrogavam sobre as dificuldades encontradas pelas empresas naqueles países. Este mau funcionamento está ligado à economia externa. Os primeiros a estudar o problema e a propor soluções foram Ragnar Nurkse e Albert O. Hirschman, que sugeriram investimentos nos sectores estratégicos, a fim de obter um crescimento rápido e duradouro e conseguir economias externas. As primeiras análises deste fenómeno, feitas por Alfred Marshall, foram retomadas por Meade e Scitovsky (1954), sendo a integração económica estudada por Balassa (1962).

Gunnar Myrdal, prémio Nobel em 1974, deu uma importante contribuição para a compreensão do desenvolvimento desigual. Numa volumosa obra sobre o "problema dos negros" nos Estados Unidos, põe em prática a sua concepção da causalidade cumulativa, herdada de Wicksell. Contrariamente aos ensinamentos da teoria neoclássica

ortodoxa, não existiriam quaisquer forças tendentes a repor o equilíbrio — caso já nos tenhamos afastado significativamente dele. Pelo contrário, o que se verifica é um processo cumulativo que acentua os desequilíbrios. Para os negros americanos, a discriminação agrava a inferioridade económica, a qual, por seu turno, agrava a discriminação. Na sua análise, Myrdal preconiza uma abordagem global que integre todos os aspectos da realidade: económicos, sociais, políticos e culturais. É esta mesma concepção que Myrdal utiliza nos seus inúmeros estudos sobre os problemas da desigualdade, do subdesenvolvimento e da industrialização.¹⁵

Mas, à época, o debate era vasto e, sobretudo, não se limitava ao desenvolvimento desigual, ao subdesenvolvimento ou às relações centro-periferia. Também para John Friedmann, "é um facto indiscutível que a convergência regional não aparece automaticamente ao longo da história do desenvolvimento de uma nação".¹⁶ Friedmann propõe um desenvolvimento autocentrado, constatando que só uma verdadeira revolução cultural poderá libertar a periferia: é preciso que esta se recentre, reconquiste o poder sobre si própria, se quiser progredir. Arthur Lewis chamou a atenção para as armadilhas provocadas pelo excesso de mão-de-obra barata existente nas regiões pobres.¹⁷ Arghiri Emmanuel e André

- 15 G. Myrdal (1957), *Economic Theory and Under-developed Regions*, Londres, Duckworth; (1968), *Asian Drama*, Nova Iorque, Twenty Century Fund.
- 16 J. Friedmann J. (1966), *Regional Development Policy*, Cambridge, MA, MIT Press; (1972), "A generalised theory of polarized development", in N. Hansen (org.), *Growth Centers in Regional Economic Development*, Nova Iorque, The Free Press, pp. 82-107.
- 17 A. Lewis (1955), *The Theory of Economic Growth*, Londres, Allen and Unwin.

Gunder Frank construíram modelos das trocas desiguais e do desenvolvimento baseado na noção clássica da divisão internacional do trabalho entre as regiões industriais e as regiões produtoras de matérias-primas.¹⁸

Samir Amin, nascido em 1931, deu, a partir de 1956, uma notável contribuição para o pensamento económico marxista. Os seus trabalhos salientaram aquilo que ele designa por dimensão *polarizadora* do capitalismo. Em sua opinião, o sistema económico mundial decompõe-se em dois pólos, com um *centro* desenvolvido que se apropria dos recursos de numerosas *periferias*; segundo ele, o subdesenvolvimento não provém nem do atraso dos países pobres nem do peso das suas tradições, mas sim das permanentes transferências entre o *centro* e as *periferias*. Esta teoria foi apresentada e aprofundada em várias das suas obras, nomeadamente *Le Développement Inégal* (1973) e *Classe et Nation dans l'Histoire et la Crise Contemporaine* (1979). Amin sustenta a ideia de que, para o Terceiro-Mundo, a prosperidade virá do corte da ligação, quer dizer, de um desenvolvimento auto-centrado em que as periferias se libertarão dos laços que as amarram ao Norte capitalista. Nos seus trabalhos mais recentes, Amin dá-nos uma visão do fim de um mundo marcado pelo desmoronar dos três pilares do pós-guerra: o fordismo ocidental, o soviétismo e o terceiro-mundismo (*L'empire du Chaos*, 1991). Numa obra colectiva produzida sob a sua direcção (*Mondialisation et Accumulation*, 1993), propõe uma leitura original, através dos estudos regionais, da

18 A. Emmanuel (1969), *L'Échange Inégal*, Paris, Maspero; A. G. Frank (1968), *Capitalisme et Sous-développement en Amérique Latine*, Paris, Maspero.

nova etapa da expansão capitalista mundial que se abriu com o esgotamento dos modelos do pós-guerra.

O conceito de desenvolvimento local, relativamente recente, deu lugar, a partir dos anos 70, a uma verdadeira explosão de escritos. É também conhecido sob a designação de desenvolvimento endógeno, desenvolvimento territorial, desenvolvimento por baixo, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento autocentrado ou ainda desenvolvimento agropolitano. Trata-se de um conceito-chave, não só para os especialistas do desenvolvimento regional mas também para os responsáveis políticos (locais ou nacionais). O desenvolvimento local é frequentemente interpretado como o paradigma mais recente do desenvolvimento. A construção de uma nova teoria começa muitas vezes pela crítica, fundada na insatisfação sentida relativamente às teorias "tradicionais" anteriores.

As primeiras contribuições seguem-se à constatação do insucesso do desenvolvimento económico dos países do Terceiro Mundo. Walter Stöhr, Fraser Taylor, John Friedmann e Clyde Weaver mostraram as insuficiências do modelo de desenvolvimento funcional clássico, visto como um conjunto de mutações quantitativas ligadas à divisão internacional do trabalho.¹⁹ Propuseram o retorno a uma visão "territorial" do desenvolvimento, preconizando acções de âmbito local, valorizando os recursos locais, com a participação da população, e integrando dados dos vários meios (económicos, sociais, culturais e políticos).

19 W. Stöhr e F. Taylor (1981), *Development from Above or Below?*, Nova Iorque, J. Wiley; e J. Friedmann e C. Weaver (1979), *Territory and Function*, Berkeley, University of California Press.

Ao mesmo tempo, os países ocidentais são atingidos pela crise económica e pelo esgotamento do modelo fordista. O Estado tem cada vez maior dificuldade em levar a cabo uma política coerente de desenvolvimento regional. É o fim do modelo de desenvolvimento "por cima", voluntarista e normativo. A política baseada nos pólos de crescimento é abandonada, não só devido ao fim do crescimento, mas também ao declínio de certos ramos industriais (siderurgia, estaleiros navais, etc.) anteriormente dinâmicos que lhes serviam de traves de sustentação. Em França, o contexto é ainda mais favorável ao aparecimento deste novo modelo, numa fase de descentralização encetada a partir de 1982.

O paradigma do desenvolvimento local parece-se frequentemente com uma panaceia. É aplicável a todos os espaços, do Terceiro Mundo aos países mais desenvolvidos, adapta-se a todos os discursos, tanto de esquerda como de direita, e é sempre invocado a título de modelo alternativo.

O novo modelo de organização industrial (desintegração vertical, análise dos custos de transacção, economias de aglomeração, etc.) explica o nascimento dos novos complexos de produção, fundados no crescimento das indústrias de alta tecnologia; trata-se ainda de desenvolvimento local, como prova o sucesso dos distritos industriais da Terceira Itália, ou ainda a concentração de certos tipos de actividades em metrópoles (como os serviços financeiros, algumas actividades artesanais, etc.). Ligando o desenvolvimento ao meio, o grupo GREMI (Aydalot, Maillat, Perrin, Camagni, entre outros) analisa os meios inovadores, mantendo-se estreitamente ligado ao território e à economia de proximidade (Gilly, Pecqueur, Zimmermann, Lung, para só citar alguns

nomes).²⁰ Gabriel Colletis e Bernard Pecqueur propõem uma grelha de leitura dos factores de concorrência espacial avançando a ideia de uma oferta de especificidade territorial.²¹

O desenvolvimento local, enquanto campo de estudos, beneficiou de uma notoriedade incontestável no meio académico. Identificam-se as principais tendências e a literatura sobre o tema torna-se cada vez mais importante.²² Contrapõem-se frequentemente o local e o global,²³ ou analisa-se o território sob a forma de uma rede-arquipélago na mundialização económica. Assim, Pierre Veltz (1996) constata que:

o que é interessante é compreender como é que a economia global se enraíza, de múltiplas maneiras, nas estruturas territoriais-históricas, como é que o global se alimenta permanentemente do local, transformando-o.

Num estudo de 1995, Mario Polèse formula uma série de críticas em torno dos excessos e dos erros veiculados pelos analistas do desenvolvimento local,²⁴ chamando a atenção para as *armadilhas* de uma excessiva simplificação dos mecanismos económicos e sociais do desenvolvimento.

-
- 20 GREMI, Groupe de recherche européen sur les milieux innovateurs (Grupo Europeu de Investigação dos Meios Inovadores).
- 21 G. Colletis e B. Pecqueur (1993), *Les Facteurs de la Concurrence Spatiale et la Construction des Territoires*, Grenoble, Université de Grenoble 2, IREPD, notas de trabalho, n.º 11.
- 22 B. Pecqueur (1989), *Le Développement Local*, Paris, Syros; M. Cuaresma e B. Pecqueur (1996), *Mener un Projet de Développement local*, Paris, Les Éditions d'Organisation; D. Trembley, J.-M. Fontan (1994), *Le Développement Économique Local*, Ste-Foy, Québec, Télé-Université; Ph. Cook (1989), *Localities*, Londres, Unwin Hyman.
- 23 C. Demazière (org.) (1996), *Du Local au Global*, Paris, L'Harmattan.
- 24 M. Polèse (1995), *Le Développement Local, Revu et Corrigé*, Montréal, INRS-Urbanisation, Nota de Investigação, n.º 21.

Organização e estruturação do espaço

Nos anos 60, começa a notar-se um interesse crescente dos geógrafos pela economia. Paul Claval destaca-se claramente dos seus colegas, publicando dois volumes que vão marcar toda uma década da geografia económica: *Géographie Générale des Marchés* (1963) e *Régions, Nations, Grands Espaces* (1968). Mas a sua curiosidade não fica por aí: durante os anos 70, Claval continua a produzir crónicas e artigos sobre problemas diversos, como a localização, os recursos naturais, os mercados imobiliários ou as actividades de serviços, nomeadamente na *Revue Géographique de l'Est*.

Note-se também o aparecimento, em 1962, de um manual de grande qualidade, *Économie Géographique*, escrito por dois economistas, René Courtin e Pierre Maillet, que permaneceu durante muito tempo como um dos melhores da especialidade, marcando uma época. Outros, entre os quais M. Rochefort e J. Hautreux, interessam-se pela estrutura urbana francesa. A cidade e os problemas ligados ao urbanismo ocupam um lugar cada vez mais importante nas reflexões de diversos autores, destacando-se os contributos de P. H. Derycke, Ph. Aydalot, A. Bailly, P. Claval e J. Beaujeu-Garnier.

A teoria dos lugares centrais e a análise das redes urbanas são retomadas por Brian Berry, que estende a sua análise à estrutura dos espaços metropolitanos; com a ajuda das novas técnicas de análise factorial, obtém em poucos anos resultados e interpretações inovadores sobre a repartição das actividades — em especial o comércio e a distribuição — e das diversas categorias sociais.²⁵

Em França, o sistema urbano e a dinâmica das cidades são estudados nos anos 80 por Thérèse

Saint-Julien e Denise Pumain; mais tarde, com Léna Sanders, em *Villes et Auto-organisation* (1989), as duas autoras apresentam uma interpretação da evolução das cidades através da dinâmica dos sistemas. Bernard Marchand publica um ensaio sobre Los Angeles combinando três aspectos da geografia urbana: história urbana, métodos matemáticos e crítica dos modelos urbanos.²⁶

Os transportes e a acessibilidade têm uma influência considerável não só sobre a localização das actividades, mas também sobre a escolha dos locais de residência das famílias, domínio em que se assiste a uma proliferação de estudos e modelos.²⁷ O ambiente e a ecologia fazem a sua entrada, não só nos debates públicos, mas também na ciência regional, a partir dos anos 70.

Uma das grandes tendências da investigação, a abordagem crítica do espaço, é de inspiração marxista. Esta corrente radical, nascida nos anos 50-60 em França, em Itália e nos países da América Latina, floresce nos Estados Unidos e no Reino Unido nos anos 70. Este grande debate sobre o papel ideológico do espaço na sociedade moderna articula-se em torno de questões essenciais como a justiça espacial, a igualdade, o equilíbrio do ambiente, as estratégias dos grupos dominantes.

Estes trabalhos — frequentemente, embora nem sempre, marxistas ou neo-marxistas — contribuem para as análises económicas por meio de

25 B. J. L. Berry e F. Horton (1970), *Geographic Perspectives on Urban Systems*, Englewood Cliffs, Prentice Hall; B. J. L. Berry (1967), *Geography of Market Centers and Retail Distribution*, Englewood Cliffs, Prentice Hall.

26 B. Marchand (1986), *The Emergence of Los Angeles*, Londres, Pion.

27 Ver a vasta síntese de P. Merlin (1981), *Géographie, Économie et Planification des Transports*, Paris, PUF.

uma investigação sistemática sobre os mercados imobiliários e sobre a teoria económica da renda residencial, bem como sobre a questão da habitação, sendo de realçar as demonstrações de Castells, Lipietz e Topalov. Este debate, de natureza epistemológica, ainda pouco operacional, estende-se também às questões de estratégia e de geopolítica a nível internacional, com a contribuição de Y. Lacoste. A sociogeografia completa as tentativas dos economistas e dos sociólogos, representados por K. Cox e D. Harvey, relacionadas com os problemas das cidades modernas, com os fenómenos de segregação e, genericamente, com a influência exercida pelo sistema capitalista sobre a cidade moderna. Milton Santos analisa as cidades do Terceiro Mundo e a sua especificidade económica e social em duas obras fundamentais, *L'espace Partagé* (1975) e *Les Villes du Tiers Monde* (1971).

Alain Lipietz, sem dúvida o mais geógrafo dos economistas, estuda os problemas fundiários, em paralelo com J. L. Guigou, C. Topalov, Allen Scott e alguns outros economistas e sociólogos. Num primeiro trabalho ainda muito estruturalista (e até althusseriano) sobre a renda fundiária urbana, publicado em 1974,²⁸ Lipietz partia de uma espécie de regime espacial, a divisão económica e social do espaço, e punha a questão de saber através de que mecanismo é que esse espaço se reproduzia ou se transformava por iniciativa privada dos promotores. Mostrava o papel dos preços imobiliários e das instituições de planeamento urbano, mas salientava (sobretudo em Lipietz, 1975) a existência de dois modos

28 A. Lipietz (1974), *Le Tribut Foncier Urbain*, Paris, Maspéro.

de regulação da produção de espaço urbano: concorrencial e monopolista, conforme o promotor ou o organismo público via serem-lhe impostas ou, pelo contrário, organizava ele próprio as alterações da divisão do espaço resultantes de iniciativas múltiplas. Esta terminologia foi imediatamente adoptada, e os trabalhos ulteriores assinalam a existência de vários modos de regulação. Por seu turno, a reflexão sobre os preços dos solos, sobre o seu papel activo e sobre a sua divergência relativamente à "lei do valor" marxista é enriquecida pela distinção entre o nível *esotérico* (o mundo das estruturas) e o nível *exotérico* (o dos comportamentos).²⁹

Do mesmo modo, a coexistência de vários tipos de regiões no espaço nacional era encarada por Lipietz (1977) como o desdobramento espacial do paradigma tecnológico e do regime de acumulação fordista em circuitos de ramos. No entanto, esta visão muito estruturalista era já de algum modo condicionada pela autonomia relativa das regiões, colocando-se conseqüentemente a questão de uma regulação inter-regional e do papel activo das regiões no sentido de se inserirem ou não numa "divisão inter-regional do trabalho". Transposta para a escala internacional, embora só após a abordagem da regulação estar plenamente desenvolvida, esta dualidade assumia uma certa importância: contra as concepções estruturalistas da divisão internacional do trabalho, que faziam depender as características de uma região ou de um país do respectivo lugar num espaço englobante, salientavam-se a fragilidade das "configurações internacionais", as dificuldades da sua regulação e, sobretudo, a autonomia

29 A. Lipietz (1984), *L'Audace ou l'Enlèvement*, Paris, La Découverte.

dos espaços englobados, que, no caso, eram os Estados nacionais.

Seguindo o mesmo rumo, Aydalot daria primazia à autoprodução de territórios locais o que abria o campo imenso dos estudos da regulação do local.

Sob o impulso de Henri Lefebvre e da sua célebre obra *La Production de l'Espace* (1974), a sociologia urbana e regional de tendência crítica, e mesmo de dominante marxista, conhece um êxito notável nos anos 70 com os trabalhos de Manuel Castells,³⁰ Francis Goddard, Jean Remy³¹ e Edmond Preteceille. O espaço torna-se numa oportunidade para ler "os vestígios sociais dos diversos modos de produção dominantes". A partir de 1970, a revista *Espaces et Sociétés* contribui para as análises críticas das práticas sociais da organização e do ordenamento dos espaços no mundo moderno.

Com um espírito diferente, Paul Claval oferece-nos em 1981 o seu grande clássico, *La Logique des Villes*, uma síntese magistral dos seus trabalhos anteriores. Formula também reservas, bem fundamentadas, quanto aos trabalhos marxistas, em dois artigos que fizeram história, "Le marxisme dans l'espace" (1977) e "Le néo-marxisme et l'espace" (1987), ambos publicados na revista *L'Espace Géographique*.

No final dos anos 70, duas prestigiosas publicações periódicas vieram enriquecer a comunicação científica francófona, a *Revue d'Economie Régionale et Urbaine* (sob o impulso de Claude Lacour) e a *Revue*

30 M. Castells (1972), *La Question Urbaine*, Paris, Maspero.

31 J. Remy (1966), *La Ville, Phénomène Économique*, Bruxelas, Vie Ouvrière.

Canadienne des Sciences Régionales. São regularmente publicadas e a sua qualidade melhora de dia para dia.

Os princípios do pós-guerra: atraso ou dependência?

A grande fraqueza da teoria da hierarquia dos lugares centrais, evocada no capítulo anterior, é evidentemente o pressuposto da existência de um espaço homogêneo. Num espaço homogêneo, a estruturação de uma hierarquia urbana (pelos mercados, pelos efeitos externos ou por decisão administrativa) é, de facto, plausível. O problema é que as regiões não são homogêneas entre si, e as nações ainda menos. Na Normandia como no Hesse, ou noutra qualquer, há efectivamente redes urbanas hierarquizadas, à maneira de Christaller, estruturalmente homólogas mas a composição social das respectivas cidades, a sua riqueza, não se parecem, visto que são redes urbanas constituídas por territórios heterogêneos uns em relação aos outros. Uns são ditos desenvolvidos, e os outros menos desenvolvidos. Do mesmo modo, tanto em Paris como em São Paulo há bairros industriais e bairros residenciais, bairros ricos e bairros pobres, mas Paris não é São Paulo. O desenvolvimento desigual das regiões ou das nações e das suas armaduras urbanas vai ocupar a ribalta durante os anos 60-70, engendrando desde logo duas ortodoxias rivais.

Nos anos 60 foi dominante uma primeira *ortodoxia* em matéria de desenvolvimento espacial das actividades económicas. Supunha-se que todas as áreas geográficas (regiões ou países) passavam pelas

mesmas etapas do esquema histórico de Colin Clark (1951), as eras pré-industrial (primária), industrial (secundária), pós-industrial (terciária, ou até quaternária).³² Mas nem todos os países (ou regiões) *arrancariam* ao mesmo tempo, daí o subdesenvolvimento de uns relativamente aos outros em cada momento histórico. Trata-se da teoria das etapas do desenvolvimento de W. Rostow.³³ Transversalmente a este desfasamento das áreas geográficas, os novos produtos inventados nas zonas mais desenvolvidas banalizar-se-iam, e a sua produção deslocar-se-ia para as regiões menos desenvolvidas (*ciclo do produto* de Vernon).³⁴

O esquema Clark-Rostow-Vernon não é, segundo a classificação das abordagens acima esboçada, "globalmente estruturalista". Nada impede que no fim dos tempos, na era quaternária, as trajectórias de todos os países convirjam numa estrutura interna semelhante. O *atraso* de uns relativamente aos outros não é estrutural: é um mero efeito dos acasos da História, que fizeram que alguns países arrancassem antes dos outros, por razões de estrutura *interna*. O aparecimento de uma ética da empresa segundo Max Weber, a presença de matérias-primas indispensáveis à primeira revolução industrial, a fraqueza do feudalismo a permitir o aparecimento da burguesia: todas estas e outras razões, invocadas por estes e por aqueles, remetem para a genealogia, para a *personalidade* de cada país. Simetricamente, podem-se invocar, para explicar o *atraso* dos outros

32 C. Clark (1951), *The Condition of Economic Progress*, Londres, MacMillan.

33 W. Rostow (1963), *Les Étapes de la Croissance Économique*, Paris, Seuil.

34 R. Vernon (1966), "International investment and international trade in the product cycle", *Quarterly Journal of Economics*, 80, pp. 190-207.

países, razões igualmente internas: dificuldades climáticas, estruturas sociais ou ideológicas conservadoras, etc. O arranque seria portanto função de reformas internas e, conseqüentemente, o avanço dos outros países seria, no fim de contas, positivo: os últimos "apanharão" os primeiros, importando o seu *know-how*. Neste sentido, esta ortodoxia deriva de uma metodologia *individualista* (com *indivíduos colectivos*: os países).

Contra esta ortodoxia levanta-se, sob diversas variantes, uma teoria globalmente estruturalista: a teoria da dependência. Para os seus adeptos, a própria causa do *subdesenvolvimento* de uns era o desenvolvimento dos outros, alimentando-se a riqueza destes últimos da miséria dos primeiros. Antigamente, fora possível aceder pelas suas próprias forças ao estágio capitalista industrial, mas as relações de dominação política, e, em seguida, a concorrência nos mercados mundiais, impediram de forma duradoura o acesso aos recém-chegados. Deste modo se consolidaria duradouramente uma *divisão internacional do trabalho* entre um *centro* dominante, transformador e terciário, e uma *periferia* dominada, exportadora de bens primários, agrícolas e mineiros. As trocas desiguais impediriam a periferia de acumular os meios necessários ao seu arranque e, além disso, os progressos de competitividade do centro impor-lhe-iam "barreiras de entrada" cada vez mais altas.

É evidentemente fácil transpor esta segunda ortodoxia da escala internacional para a escala inter-regional para assim explicar o desenvolvimento desigual das regiões francesas, britânicas ou norte-americanas. Contudo, a partir do fim dos anos 60, foi preciso rendermo-nos à evidência: certas periferias industrializavam-se. Arranque, começando pelas

produções industriais banalizadas, segundo o paradigma de Rostow-Vernon? Com certeza que sim, mas isso não anunciava necessariamente uma recuperação total, uma homogeneização do espaço. Com efeito, podia continuar a ler-se, nas desigualdades inter-regionais dos níveis de qualificação no seio das próprias indústrias transformadoras, mais uma *complementaridade instantânea* (sincrónica) do que uma *semelhança desfasada* no tempo. No que respeita à divisão do trabalho entre as regiões francesas, vimos nomeadamente suceder-se, a uma complementaridade agricultura-indústria típica de antes da guerra, uma *nova divisão inter-regional do trabalho*, correspondente a três funções sincrónicas da actividade produtiva no seio de um mesmo ramo:

- a) concepção;
- b) fabrico qualificado;
- c) fabrico e montagem não qualificados.

Esta divisão tripartida, típica da organização fordiana do trabalho, era então abusivamente considerada como a forma definitiva de organização *científica* do trabalho, e a sua tradução espacial foi baptizada como "circuito de ramo" (Lipietz, 1977).

A divulgação progressiva desta tese foi acompanhada pelo aparecimento de novos países industrializados no Terceiro Mundo e, em fins dos anos 70 conduziu a uma *nova ortodoxia*: a nova divisão internacional do trabalho (Fröbel, Heinrichs e Kreyes, 1980).³⁵ Os países (ou regiões) desenvolvidos transformavam-se simultaneamente nas regiões centrais

35 F. Fröbel, J. Heinrichs e O. Kreyes (1980), *The New International Division of Labour*, Cambridge, Cambridge University Press.

da organização do trabalho e nos principais mercados, mas deslocavam para regiões mais pobres e menos qualificadas as actividades de mão-de-obra destinadas ao seu próprio mercado.

Esta generalização um pouco apressada de um "estruturalismo global" regulador do conjunto da economia-mundo, compreendendo a divisão do trabalho no seio da indústria, provocou rapidamente objecções, inclusivamente da parte de teóricos da "nova divisão inter-regional do trabalho".³⁶ Pode na verdade admitir-se que, num território politicamente homogéneo como a França, as empresas distribuíam os seus circuitos de ramo num tabuleiro de regiões desigualmente desenvolvidas, instalando estabelecimentos de nível III em regiões "subdesenvolvidas" ou criando aí relações de subcontratação. Mas, transposto para a escala internacional, um tal esquema (em que o papel de agente estrutural caberia às firmas multinacionais) ignora a especificidade indestrutível da sociedade local, o papel do Estado local, a natureza das relações e dos compromissos sociais locais, o seu modo de regulação garantido pelo Estado local, etc. O desenvolvimento da *abordagem da regulação*, levado a cabo em França, salienta a importância destes *compromissos institucionalizados* pelo Estado-Nação e volta a concentrar a atenção dos estudiosos na dinâmica, no regime de acumulação engendrado por estes compromissos. Se, portanto, as firmas internacionais procuravam estender os seus circuitos de ramos às nações, tal como

36 Ph. Aydalot (1983), "La division spatiale du travail", in J. Paelink e A. Sallez (orgs.), pp. 175-200; A. Lipietz (1986), "New tendencies in the international division of labor: regimes of accumulation and modes of regulation", in A. J. Scott e M. Storper (orgs.), pp. 16-40; D. Massey (1984), *Spatial Division of Labour*, Londres, Macmillan.

tenham feito com as regiões, encontrá-riam aí um agente muito mais autónomo, o Estado local, expressão de uma "idiosincrasia" local, com os seus agentes, os seus conflitos e as suas ambições.

Na realidade, esta dualidade global/local já estava presente na origem da teoria dos circuitos de ramos, como bem notou Doreen Massey:³⁷ "Em Lipietz (1977), as regiões tanto aparecem definidas por si mesmas, na sua genealogia, como em função do seu lugar sincrónico na divisão inter-regional do trabalho." À época, isto constituía, para ela, uma crítica: a região tinha que exibir as cicatrizes de estruturas mais globais que, sucessivamente, nela haviam deixado a sua marca. Alguns anos mais tarde, a própria evolução da geografia radical anglo-saxónica levou D. Massey (1985) a reconhecer: "*The Unique is back on the agenda.*" O regresso do singular, da *personalidade regional* segundo Vidal de la Blache e a crítica regulacionista da ortodoxia da nova divisão internacional do trabalho tendia para a abolição do estruturalismo global, colocando novamente no centro da reflexão a *personalidade* do território local, no caso vertente o Estado-Nação. Outros iriam muito mais longe nesta direcção (ver figuras 3.1 e 3.2).

A teoria da regulação e a economia regional

Durante a segunda metade dos anos 70 desenvolveu-se em França uma nova problemática económica, a "abordagem da regulação". No decurso

37 D. Massey (1978), "Regionalism: some current issues", *Capital and Class*, 6, pp. 106-125.

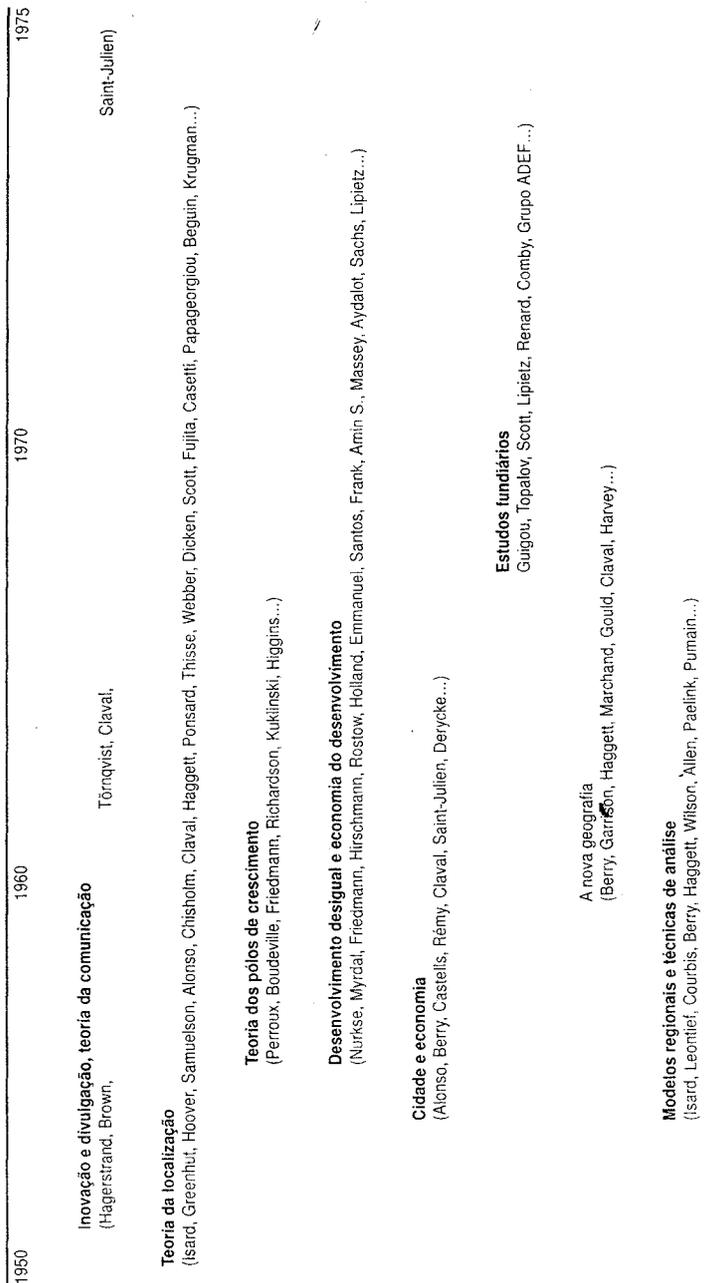


Figura 3.1 A ciência regional 1950-1975 (principais temas e autores [anglo-saxónicos e francófonos])

1975 1980 1990 2000

Política regional, ordenamento do território e integração regional

(Von Boventer, Pred, Richardson, Weaver, Guigou, Cooke, Dunford, Soja, Wachter, Hall, Merlin, Lacour, Clark G., Nijkamp...)

Desenvolvimento local

(Stöhr, Friedmann, Scott, Pecqueur, Polese, ...)

Abordagem regulacionista

(Aglietta, Boyer, Lipietz, Coriat, Billaudot, Dunford, Benko, Jessop, Peck, Pecqueur...)

Fordismo / Pós-fordismo / Acumulação flexível / Especialização flexível

(Lipietz, Piore, Sabel, Scott, Storper, Harvey, Amin A., Benko, Boyer...)

Meio inovador

(GREMI, Aydalot, Camagni, Maillat, Perrin...)

Distritos industriais / Sistema produtivo localizado

(Becattini, Bagnasco, Triglia, Brusco, Courlet, Pecqueur, Saxenian...)

Governância

(Harrison, Storper, Le Gales...)

Economia das convenções

(Salais, Storper, Favereau, Orlean, Thévenot...)

Metropolização

(Friedmann, Sassen, Castells, Scott, Lacour, Claval...)

Empresa, organização da produção, teoria da empresa

(Simon, March, Hamilton, Pred, Törnqvist, Coase, Goddard, Williamson, Coriat, Veltz, Boyer, Schoenberger...)

Sistema produtivo, serviços, finanças, industrialização, localização

(Moulaert, Thrift, Swingedouw, Bailly, Lung, Markusen, Walker, Beckouche...)

Economia internacional, mundialização

(Porter, Krugman, Dicken, Reich, Ohmae, Veltz, Storper, Giraud P. -N...)

Ambiente, ecologia, risco

(Lipietz, Stoffaers, Sachs, Beck, Peet...)

Transportes e utilização dos solos

(Vickrey, Solow, Merlin, Nijkamp, Fujita, Small, Krugman...)

Dinâmica regional, crescimento, desenvolvimento regional

(Gertler, Suárez-Villa, Clark W. A., Howe, Storper, Scott, Lipietz, Peet, Watts, Soja, Walker, Barro, Sala-i-Martin, Romer, Krugman...)

Figura 3.2 A ciência regional 1975-2000 (principais temas e autores [anglo-saxónicos e francófonos])

dos anos 80, esta corrente expandiu-se para além de um pequeno círculo de economistas franceses, não só para outras disciplinas, como a geografia e as relações industriais, mas também para outros países, sobretudo anglo-saxónicos. Esta abordagem teve efeitos importantes nas ciências que têm em conta o espaço: a geografia, a economia urbana, regional e internacional.

A abordagem da regulação é, antes de mais, uma correcção da abordagem estruturalista. Em vez de notar a permanência das estruturas e de avaliar os seus efeitos sobre o comportamento dos agentes, interroga-se sobre a própria estabilidade em si. Como é que as estruturas, apesar do seu carácter contraditório, se reproduzem através das expectativas, dos interesses, das acções *a priori* divergentes dos agentes económicos? A resposta encontra-se na análise dos hábitos e das formas institucionais que induzem ou obrigam os agentes a comportarem-se de forma não antagónica à reprodução da estrutura. Este conjunto de regras do jogo e de procedimentos de resolução varia no tempo e no espaço, havendo estruturas que podem "funcionar" de diversas maneiras, relativamente estáveis de crise para crise. A este modo de funcionamento chama-se regime de acumulação.

Em francês, distinguem-se as palavras *régulation* (termo de cibernética que designa exactamente a forma por que as evoluções dos elementos de um sistema se ajustam ao funcionamento do conjunto) e *règlementation*³⁸ (conjunto de regras institucionalizadas que pode, na verdade, servir para a *régulation*). O termo inglês *regulation* tem, fundamentalmente, o segundo daqueles significados, mas as traduções

inglesas da palavra *règlementation* deram-lhe simplesmente a acepção mais lata do termo francês.

O modo de regulação e o regime de acumulação a princípio estudados por esta abordagem constituem o modelo de desenvolvimento capitalista dominante após a Segunda Guerra Mundial, o fordismo.

O fordismo caracteriza-se (muito esquematicamente) por:

- uma divisão do trabalho taylorista entre actividades de concepção, de fabrico qualificado e de fabrico não qualificado, sendo o conjunto regulado por procedimentos hierárquicos;
- um regime de acumulação fundado na redistribuição dos ganhos de produtividade pelos assalariados, de forma a garantir o crescimento da procura efectiva;
- uma forma de regulação que garante a referida redistribuição por meio de legislação social, convenções colectivas, Estados-providência.

Como os primeiros trabalhos da escola regulacionista traduzidos para o inglês foram consagrados ao estudo do fordismo, generalizou-se a impressão de que a teoria regulacionista era a teoria do fordismo. É falso. A abordagem regulacionista é um método que pode ser aplicado a múltiplos objectos: aos modelos de desenvolvimento económico pré ou pós-fordistas, ou até a peças de teatro! O essencial é a preocupação com a relação entre uma estrutura e os seus elementos. Na economia espacial, os investigadores interessaram-se pelas relações entre um espaço estruturado e os agentes que o compõem, ou pela relação entre espaços englobantes e os seus subespaços constituintes.

38 Regulamentação. (N. do T.)

Extratexto 3.1 A ciência regional, 1945-1998 (principais publicações)

Datas	Acontecimentos	Publicações de ciência regional
1945	Fim da Segunda Guerra Mundial; criação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial	
1947	Plano Marshall; morte de H. Mackinder	<i>Paris et le Désert Français</i> , de J.-F. Gravier
1949		"The general theory of location and space economy", de W. Isard
1951	Tratado de Paris, que criou a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço	
1953		"Exceptionalism in geography", de F. K. Schaefer
1954	Criação da Regional Science Association por Walter Isard	Criação da revista <i>Papers in Regional Science</i>
1955	Primeiros seminários de estatística geográfica por E. Ullmann e W. L. Garrison, em Seattle, Universidade de Washington	"Notes sur la notion de pôle de croissance", de F. Perroux; <i>Économie et Espace</i> , de C. Ponsard
1956	Revolução em Budapeste	<i>Location and Space Economy</i> , de W. Isard
1957	Criação da Comunidade Económica Europeia (seis países)	<i>Economic Theory and Under-Developed Regions e Rich Land and Poor</i> , de G. Myrdal
1958	Quinta República em França	<i>Histoire des Théories Économiques Spatiales</i> , de C. Ponsard; <i>Strategy of Economic Development</i> , de A. O. Hirschman
1960	Criação da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA); primeiro doutoramento em ciência regional (W. Alonso)	<i>Methods of Regional Analysis</i> , de W. Isard; <i>The Stages of Economic Growth</i> , de W. Rostow
1961	Fundação da Associação de Ciência Regional de Língua Francesa por F. Perroux, J.-R. Boudeville e W. Isard	<i>Megapolis</i> , de J. Gottmann
1962		<i>Theoretical Geography</i> , de W. Bunge; <i>Géographie Générale des Marchés</i> , de P. Claval; <i>Économie Géographique</i> , de R. Courtin e P. Maillet
1963	Criação da DATAR (França)	
1964	Instituição do cargo de Prefeito de Região em França	<i>Regional Development and Planning</i> , de J. Friedmann e W. Alonso
1965		<i>Locational Analysis in Human Geography</i> , de P. Haggett; <i>Aménager la France</i> , de O. Guichard; "Chronique de géographie économique", rubrica assinada por P. Claval de 1965 a 1980 na <i>Revue Géographique de l'Est</i>
1967		<i>Behaviour and Location</i> , de A. Pred; <i>Models in Geography</i> , de R. Chorley e P. Haggett; publicação da revista <i>Regional Studies</i>
1968	Movimentos de estudantes e operários na Europa; Primavera de Praga	<i>Régions, Nations, Grands Espaces</i> , de P. Claval; publicação das revistas <i>Geographical Analysis</i> e <i>Environment and Planning A</i>
1970		<i>Geographic Perspectives on Urban Systems</i> , de B. Berry
1972	Conferência da ONU sobre o ambiente, em Estocolmo; reforma regional em França	<i>Geography: A Modern Synthesis</i> , de P. Haggett; publicação da revista <i>L'Espace Géographique</i>
1973	Primeiro choque petrolífero; alargamento da CEE (Dinamarca, Reino Unido, Irlanda)	<i>Social Justice and the City</i> , de D. Harvey; <i>Le Développement Inégal</i> , de S. Amin

1974	Tese de Michel Aglietta e começo da escola francesa da regulação; atribuição do Prémio Nobel da Economia a G. Myrdal; eleição de Valéry Giscard d'Estaing	<i>Urban and Regional Modelling in Geography and Planning</i> , de A. G. Wilson; <i>Le Développement Régional</i> , de J.-C. Perrin
1975	Morte de J. Boudeville; fim da guerra do Vietname; criação do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) para apoiar as regiões em dificuldades	<i>Introduction to Regional Science</i> , de W. Isard
1976		<i>Géographie Économique</i> , de P. Claval
1977	Atribuição do Prémio Nobel da Economia a B. Ohlin	<i>Le Capital et son Espace</i> , de A. Lipietz; <i>Tre Italie</i> , de A. Bagnasco; <i>La Nouvelle Géographie</i> , de P. Claval
1978		Primeiro número da <i>Revue d'Économie Régionale et Urbaine</i>
1979	Eleição de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha; SME (Sistema Monetário Europeu)	<i>Espace Régional et Aménagement du Territoire</i> , de J. Lajugie, P. Delfaud e C. Lacour; <i>Économie et Planification Urbaine</i> , de P.-H. Derycke
1980	Eleição de Ronald Reagan nos EUA; fundação do sindicato Solidariedade na Polónia	Aparecimento da revista <i>Urban Geography</i>
1981	Eleição de François Mitterrand em França	<i>La Logique des Villes</i> , de P. Claval; <i>Development from Above or Below?</i> , de W. Stöhr e F. Taylor
1982	Descentralização administrativa em França	
1983		Aparecimento da revista <i>Environment and Planning D: Society and Space</i> ; <i>Espace et Localisation</i> , de J. Paelinck e A. Sallez
1984	Fundação do GREMI (Grupo Europeu de Investigação dos Meios Inovadores) por Ph. Aydalot	<i>The Second Industrial Divide</i> , de M. Piore e C. Sabel; <i>Spatial Division of Labour</i> , de D. Massey

1985		<i>Économie Régionale et Urbaine</i> , de Ph. Aydalot
1986		<i>Production, Work, Territory</i> , de A. J. Scott e M. Storper; <i>La Théorie de la Régulation</i> , de R. Boyer; <i>Milieux Innovateurs en Europe</i> , de Ph. Aydalot
1987	Morte de Ph. Aydalot; morte de F. Perroux	
1988	Instituição do Prémio Ph. Aydalot; eleição de George Bush nos EUA	<i>Metropolis e New Industrial Spaces</i> , de A. J. Scott; <i>Analyse Économique Spatiale</i> , de C. Ponsard
1989	Queda do Muro de Berlim; acordo de Comércio Livre entre os Estados Unidos e o Canadá	<i>The Conditions of Postmodernity</i> , de D. Harvey; <i>The Capitalist Imperative</i> , de M. Storper e R. Walker; <i>The Informational City</i> , de M. Castells; número especial da <i>Revue Économique</i> sobre a economia das convenções (vol. 40, n.º 2)
1990	Reunificação alemã; morte de Cl. Ponsard; criação do Festival Internacional de Geografia em Saint-Dié-des-Vosges	<i>The Competitive Advantage of Nations</i> , de M. E. Porter; <i>La Dynamique Spatiale de l'Économie Contemporaine</i> , de G. Benko
1991	Atribuição do Prémio Internacional de Geografia Vautrin Lud a Peter Haggett; morte de A. Piatier; atribuição do Prémio Nobel da Economia a R. Coase; criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul)	<i>Geography and Trade</i> , de P. Krugman; <i>Géographie des Technopôles</i> , de G. Benko; <i>Industrial Change and Regional Development</i> , de G. Benko e M. Dunford; <i>The Global City</i> , de S. Sassen; <i>The Work of Nations</i> , de R. Reich

- 1992 Conferência do Rio sobre ambiente e desenvolvimento; atribuição do Prémio Internacional de Geografia Vautrin Lud a Torsten Hägerstrand; eleição de Bill Clinton nos EUA; assinatura do Tratado NAFTA; assinatura do Tratado de Maastricht (Tratado da União Europeia)
- 1993 Debate sobre o ordenamento do território em França (Ch. Pasqua, ministro do Ordenamento do Território); atribuição do Prémio Internacional de Geografia Vautrin Lud a Peter Gould
- 1994 Atribuição do Prémio Internacional de geografia Vautrin Lud a Milton Santos
- 1995 Entrada em vigor dos Tratados NAFTA e Maastricht (UE); atribuição do Prémio Internacional de Geografia Vautrin Lud a David Harvey; eleição de Jacques Chirac em França
- 1996 Atribuição do Prémio Internacional de Geografia Vautrin Lud a Paul Claval e Roger Brunet; reeleição de Bill Clinton nos EUA
- 1997 Lionel Jospin (PS) é eleito primeiro-ministro e Dominique Voynet (Verdes) é nomeada ministra do Ordenamento do Território e do Ambiente em França; segunda Cimeira da Terra, em Nova Iorque; atribuição do Prémio Internacional de Geografia Vautrin Lud a Jean Bernard Racine
- 1998 Eleições regionais em França; passagem ao euro (Conferência de 2 de Maio); atribuição do Prémio Internacional de Geografia Vautrin Lud a D. Massey
- Les Régions Qui Gagnent*, de G. Benko e A. Lipietz; *Pathways to Industrialization and Regional Development*, de M. Storper e A. J. Scott; *Espace et Dynamiques Territoriales*, de P.-H. Derycke; *Les Mondes de Production*, de R. Salais e M. Storper
- Technopoles of the World*, de P. Hall e M. Castells; *Économie Urbaine et Régionale*, de M. Polèse; *Analyse Économique des Conventions*, de A. Orléan; *The Origins of Endogeneous Growth*, de P. Romer
- The End of the Nation State*, de K. Ohmae; *Théorie de la Régulation: L'état des Savoirs*, de R. Boyer e Y. Saillard; aparecimento da revista *Région et Développement*; *Development, Geography and Economic Theory*, de P. Krugman; *Economic Growth*, de R. J. Barro
- Mondialisation, Villes et Territoires*, de P. Veltz; *Dynamiques Territoriales et Mutations Économiques*, de B. Pecqueur; *La Société en Sablier*, de A. Lipietz; *Principes et Modèles de l'Économie Urbaine* (ed. francesa), de R. Camagni; *The Self-Organizing Economy*, de Paul Krugman
- The Regional World: Territorial Development in a Global Economy*, de M. Storper; aparecimento da publicação periódica *L'Année de la Régulation*; *Geografia Económica* de Ricardo Mendez; aparecimento da revista *Géoeconomie*.
- Regions and the World Economy*, de A. J. Scott; *La Mondialisation n'est pas Capable*, de P. Krugman

As metáforas espaciais têm proporcionado uma inesgotável reserva de imagens à abordagem regulacionista, o que é natural. Já que era preciso estudar as alterações dos modos de regulação e de acumulação no tempo, estas formas foram, elas próprias, concebidas como sincronias susceptíveis de representação espacial (ciclos, regimes estacionários). A reflexão sobre a estruturação dos espaços geográficos humanos ocupa assim, naturalmente, uma parte importante dos trabalhos precursores. Mais tarde, estes espaços tornaram-se, eles próprios, campos de aplicação da abordagem, então já amadurecida, quer se trate da emergência ou da reprodução de territórios inovadores ou de formas de organização industrial, quer das relações entre espaços locais e espaços englobantes.

As hipóteses teóricas têm sido incessantemente revistas e renovadas. A "nova geografia", a "nova geografia económica" e a sociologia permitiram uma análise mais aprofundada do comportamento social no espaço. Os debates teóricos, epistemológicos e filosóficos entre correntes de pensamento têm-se acentuado nestes últimos tempos, mas conservaram os seus objectivos fundamentais, ou seja, mostrar e explicar o papel do espaço nas práticas sociais, estando a sociedade, no seu conjunto, implicada na conformação do espaço.